



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

DEPARTAMENTO JURÍDICO

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – Fone/Fax: (19)3885-7700
CEP: 13.339-140 - Indaiatuba - SP

PARECER JURÍDICO 123/2019
PROTOCOLO 1856/2019
PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº 21/2019

Nos termos do art. 13, XVII, da Lei Orgânica Municipal e do art. 127 do Regimento Interno (Resolução nº 44/2008), e observado o despacho de fls. 12 do Presidente, esta Procuradoria entende que não existe irregularidade que impede o recebimento do projeto de lei.

Não há ilegalidade.

O projeto não contém vício de iniciativa, sendo que trata de assunto local relacionado a concessão de Título Honorífico de Cidadão Indaiatubano concedido às personalidades nacionais, naturais de outros municípios ou Estados, que derem provas inequívocas de identidade e efetividade com o Município de Indaiatuba (*in casu*: Sr. Antonio Carlos Sanches e Sanches), de acordo com o art. 144 §3º do Regimento Interno da Câmara e art.4º §1º da Resolução 19/2004.

O Decreto Legislativo é a espécie legislativa adequada, conforme o art. 2º da Resolução 19/2004 e o art. 144, §1º alínea “d” do Regimento Interno da Câmara.

No mais, o texto da proposição consta redigido de acordo com o art. 10 e o art. 12 da Lei Complementar nº. 95/98.

Vale notar que houve a análise da proposta de concessão do título por parte da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba que concluiu pelo atendimento aos requisitos (Ofício 171/2019, à fl. 04 dos autos), nos termos do art. 2º, inciso IXI do Regimento Interno.

Ademais, foi juntado o *currículo vitae* e demais documentos que comprovam o merecimento da honraria, conforme determina o art. 7º da Resolução 19/2004 (fls.06/07).

Não subsiste inconstitucionalidade.

fl. 13
7



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

DEPARTAMENTO JURÍDICO

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – Fone/Fax: (19)3885-7700
CEP: 13.339-140 - Indaiatuba - SP

P. 13 - A
20

PARECER JURÍDICO 123/2019
PROTOCOLO 1856/2019
PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº 21/2019

A proposta de lei cuida de assunto de interesse local da competência legislativa do Município (art. 30, I, da Constituição da República), sem que viole dispositivo da Constituição do Estado de São Paulo.

São as razões pelas quais a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal **entende que merece ser recebida** a presente proposição.

Indaiatuba, 02 de setembro de 2019.

Bruna Simões Peixoto
Bruna Simões Peixoto

Procuradora da Câmara Municipal de Indaiatuba